

O INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial abre concurso para a contratação de Investigador(a) Doutorado(a) na área da Engenharia Mecânica ou áreas afins ao abrigo do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pela lei 57/2017, de 19 de julho e Decreto Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro e do Código do trabalho, aprovado Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro e vigor.

Refº do concurso: SAICTPAC/0036/2015 (POCI-01-0145-FEDER-016414)

Concurso no âmbito do projeto SAICTPAC/0036/2015 (POCI-01-0145-FEDER-016414), financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020 e por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Título: Estratégia de deposição de termoplástico reforçados com fibras longas e/ou contínuas para fabricação aditiva de peças complexas e de alta performance.

1. Plano de trabalhos:

O projeto FIBR3D centra-se na tecnologia emergente de fabrico aditivo (FA) e sua aplicação para além do estado-da-arte em termoplásticos reforçados com fibras (TPRF). O principal objetivo do FIBR3D consiste em desenvolver um processo híbrido integrado que combina operações de adição e subtração de material e permite produções do CAD-à-Peça com formas livres usando TPRF longas ou contínuas. Neste contexto, o candidato deverá integrar a equipa existente e desenvolver trabalho em torno da especificação e definição de estratégias de deposição de termoplásticos reforçados com fibras (TPRF) adequada para fabricação aditiva (FA) de peças complexas e de alta performance. Os desenvolvimentos propostos visam o alinhamento e otimização da relação entre propriedades dos materiais, condições de processamento, trajetórias e especificações do produto.

2. Tipo de contrato e duração:

Contrato a termo certo a tempo inteiro que deverá ter início em setembro de 2019 com uma duração de 5 meses, eventualmente renovável. A contratação será efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº 57/2016, de 29 de agosto, que aprova o Regime Jurídico do Emprego Científico, adiante designado abreviadamente por RJEC, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 57/2017, de 19 de julho, pelo Decreto-Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro, pelo Código do Trabalho e demais legislação aplicável a contratos individuais de trabalho, bem como pelas normas internas do INEGI e da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

3. Local de Trabalho: INEGI, Porto – Portugal.

4. Nível da Remuneração Mensal:

O valor mensal líquido é de 2.128,34€, de acordo com o nº 1, alínea a), do artigo 15º da Lei nº 57/2017, de 19 de julho e com a primeira posição remuneratória do nível inicial previsto no artigo 2º do Decreto Regulamentar nº 11-A/2017, de 29 de dezembro, que corresponde ao nível 33 da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

5. De acordo com o artigo nº 13 do RJEC o Júri será composto da seguinte forma:

Prof. Doutor António Torres Marques (Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade do Porto), Doutor Nuno Correia e Doutor Nuno Rocha.

6. No caso do grau de doutor ser atribuído por uma instituição superior estrangeira, o diploma deve ter em conta as disposições do Decreto-Lei nº 341/2007, de 12 de Outubro, sendo que todas as formalidades aí estabelecidas devem ser cumpridas dentro do prazo do concurso.

7. Requisitos de Admissão:

Os candidatos podem ser doutorados nacionais, estrangeiros e apátridas com os seguintes critérios de preferências:

- Doutoramento em Engenharia Mecânica ou áreas afins;
- Experiência e/ou conhecimento em materiais poliméricos, compósitos e nanomateriais;
- Experiência e/ou conhecimento em processamento de materiais poliméricos por via de fabrico aditivo;
- Bom registo de publicações científicas;
- Boa capacidade de análise crítica;
- Excelente capacidade de comunicação;
- Excelente capacidade de realizar trabalho independente;
- Línguas Portuguesa e Inglesa: nível bom (falado e escrito).

8. avaliação científica e curricular da carreira centrar-se-á na relevância e qualidade:

- da produção científica nos últimos cinco anos, considerada mais relevante;
- das atividades de pesquisa e participação em projetos de investigação, em termos de ciências fundamentais ou aplicadas, desenvolvidas nos últimos cinco anos, consideradas de alto impacto pelo candidato;
- da transferência de conhecimento e atividades de divulgação desenvolvidos nos últimos cinco anos, considerados mais relevantes.

9. Critérios de avaliação.

Pretende-se avaliar o currículo científico e profissional dos(as) candidatos(as), em especial o mérito científico e a experiência em investigação. Serão tidos em consideração e relevante para o trabalho a ser realizado, os seguintes critérios:

A). Apreciação curricular integrado:

- Relevância do CV na área das atividades planeadas (ver ponto 1). – 40%
- Quantidade e qualidade da produção científica do(a) candidato(a) - 40%
- Coordenação e participação em projetos de investigação anteriores - 10%
- Atividades de extensão e de disseminação– 10%

Cada membro do júri, valoriza numa escala 0 a 100 cada critério, para cada candidato. A pontuação final será atribuída pela formula seguinte:

$$A=0.40AI+0.40AII+0.10AIII+0.10AIV$$

10. No caso que haja vários candidatos com pontuação dentro de 10% da pontuação atribuída para o/a melhor candidato(a), será realizada uma entrevista. O objetivo será obter esclarecimentos sobre os elementos curriculares e informações adicionais, bem como avaliar o perfil de atitudes, habilidades de comunicação e motivação do candidato.

Neste ultimo caso, cada membro do júri, valoriza numa escala 0 a 100, o resultado das entrevistas e a pontuação final será calculada pela formula seguinte:

$$Sc=0.90A+0.10B$$

A classificação final de cada candidato é dada pela média aritmética das classificações atribuídas pelos membros do júri. Em caso de empate, o presidente do júri terá o voto de qualidade.

11. O Sistema de classificação final será efetuado com base numa escala de 0 to 100.

12. Documentos de candidatura:

- Carta de motivação, demonstrando a sua adequação ao perfil (max. 2500 caracteres, incluindo espaços);
- Curriculum Vitae detalhado destacando toda a formação académica superior, a produção científica;
- Certificado de Habilitações;
- Certificado grau/nível língua inglesa;

- v) Outros certificados de formação ou académicos relevantes;
- vi) Uma breve descrição das atividades científicas e de inovação / divulgação mais relevantes dos últimos 5 anos (1 página no máximo).

13. As manifestações de interesse deverão ser encaminhadas entre **12 de julho e 12 de agosto de 2019** através da página oficial do INEGI www.inegi.up.pt em **Trabalhar no INEGI | Vagas Disponíveis** premindo **Enviar Candidatura CT FIBR3D UMEC 23/19** ou por correio:

INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial
Serviços de Recursos Humanos
Rua Dr. Roberto Frias, 400
4200-465 Porto
Portugal

14. A não conformidade com estes requisitos determinará a rejeição imediata da candidatura.

15. Falsas declarações fornecidas pelos candidatos serão punidas por lei

16. Os resultados do processo de seleção serão divulgados através do portal : <http://www.inegi.up.pt> Após a publicação dos resultados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciarem.

17. Política de não discriminação e igualdade de acesso:

O INEGI promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado(a), prejudicado(a) ou provado(a) de qualquer direito ou isento(a) de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

18. De acordo com o Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, os candidatos com deficiência devem ser preferidos numa situação de igual classificação, e essa preferência substitui quaisquer preferências legais. Os candidatos devem declarar, por sua honra, o respetivo grau de deficiência, o tipo de deficiência e os meios de comunicação / expressão a serem utilizados durante o processo de candidatura.